



Prova Escrita Objetiva – Nível Médio completo

TÉCNICO DA PROCURADORIA - SEM ESPECIALIDADE

Tipo 3 – AMARELA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo sessenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Conhecimentos Básicos

Esta prova tem por base textos da imprensa nacional sobre fatos de nosso momento histórico.

Texto 1

Em uma colaboração internacional sem precedentes sobre reforma fiscal, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE) apresentou ontem um plano para reprimir a evasão internacional de impostos. O programa, cuja elaboração, a pedido do G-20, durou dois anos, tenta colocar fim a uma longa batalha contra brechas jurídicas que permitem que multinacionais deixem de recolher impostos nos países onde operam, colocando no holofote empresas como McDonalds, Starbucks e Google. (*O Globo*, 6/10/2015)

1

Os adjetivos destacados do texto 1 se referem a espaços específicos; a opção em que a identificação desse espaço é inadequada é:

- (A) reforma fiscal / espaço da fiscalização pública;
- (B) colaboração internacional / espaço de todas as nações;
- (C) brechas jurídicas / espaço do Direito;
- (D) Desenvolvimento Econômico / espaço da Economia;
- (E) evasão internacional / espaço entre as nações.

2

Tendo em vista o conteúdo do texto 1 e a estruturação típica de manchetes de jornais, a manchete adequada para esse texto é:

- (A) OCDE acaba com evasão de impostos;
- (B) OCDE mostra coragem na Europa;
- (C) Brilhante manobra da OCDE impede evasão;
- (D) OCDE apresenta plano contra evasão fiscal;
- (E) Gigantes da fast-food em perigo.

3

Sobre a manobra da OCDE, podem-se identificar várias circunstâncias; a circunstância corretamente indicada é:

- (A) “em uma colaboração internacional sem precedentes” / modo;
- (B) “plano para reprimir a evasão internacional de impostos” / causa;
- (C) “tenta colocar fim a uma longa batalha contra brechas jurídicas” / finalidade;
- (D) “O programa, cuja elaboração, a pedido do G-20, durou dois anos” / localização espacial e temporal;
- (E) “permitem que multinacionais deixem de pagar impostos” / meio ou instrumento.

Texto 2 – Momento da Economia

Há sutis melhoras à frente; possibilidades vagas que nascem muitas vezes do agudo da crise. Mas é bom falar nelas em momentos de escassez de esperança. “A inflação será forte este ano, mas a recessão vai derrubá-la no ano que vem”, diz o economista José Roberto Mendonça de Barros. A recessão e a disparada do câmbio estão fazendo o ajuste externo, e o país pode ter dois anos de superávits altos. (Miriam Leitão, *O Globo*, 16/10/2015)

4

Segundo o próprio texto 2, a sua finalidade é:

- (A) criticar a política econômica do Governo;
- (B) elogiar o equilíbrio do economista citado;
- (C) prever mudanças benéficas no panorama da crise;
- (D) destacar a importância de algumas medidas tomadas;
- (E) comentar alguns sinais de mudança para melhor.

5

No texto 2, ao atribuir a um economista conhecido a citação entre aspas, a autora do texto pretende certamente:

- (A) prestigiar a fala de um amigo;
- (B) criticar a linguagem popular do economista;
- (C) demonstrar a importância do tema tratado;
- (D) dar autoridade à opinião expressa;
- (E) passar clareza no tratamento do tema.

6

A frase “Mas é bom falar nelas em momentos de escassez de esperança” foi reescrita de várias formas, abaixo indicadas; a forma que mostra incorrecção ou modificação do sentido original é:

- (A) É bom falar nelas, porém, em momentos de escassez de esperança.
- (B) É bom que se fale nelas, contudo, em momentos de escassez de esperança.
- (C) Em momentos de escassez de esperança, no entretanto, é bom que se fale nelas.
- (D) É bom, todavia, falar nelas em momentos de escassez de esperança.
- (E) Mas em momentos em que a esperança está escassa é bom falar nelas.

7

A frase do texto 2 em que ocorre a presença de um adjetivo substantivado é:

- (A) “Há sutis melhoras à frente”;
- (B) “possibilidades vagas”;
- (C) “nascem muitas vezes do agudo da crise”;
- (D) “Mas é bom falar nelas”;
- (E) “A inflação será forte este ano”.

Texto 3 – Carta do Leitor – Aposentadoria

O governo federal tem que escolher se quer mesmo fazer uma regra de aposentadoria para valer ou vai fazer outra pequena e de duvidosa justiça para todos. Se vai ser para valer, terá que acabar com a curiosa aberração que é a aposentadoria para mulher ser antecipada em cinco anos; absurdo inexistente em praticamente todo o mundo, além do que, no Brasil, elas vivem em média 8 anos a mais que os homens. A dupla jornada, antiga alegação, hoje é compartilhada com seus maridos e companheiros e não serve mais. O governo terá também que acabar com a aposentadoria de cinco anos menos para professores, uma vez que não há razão para esse benefício. Independentemente de sexo ou profissão, todos têm que pagar pelo mesmo número de anos. (*O Globo*, 9/10/2015)

8

A carta do leitor, transcrita no texto 3, mostra exemplos de linguagem coloquial; o segmento abaixo que exemplifica essa variedade de linguagem é:

- (A) “O governo federal tem que escolher se quer mesmo fazer uma regra de aposentadoria para valer”;
- (B) “...vai fazer outra pequena e de duvidosa justiça para todos”;
- (C) “O governo terá também que acabar com a aposentadoria de cinco anos”;
- (D) “Independentemente de sexo ou profissão, todos têm que pagar pelo mesmo número de anos”;
- (E) “...absurdo inexistente em praticamente todo o mundo, além do que, no Brasil, elas vivem em média 8 anos a mais que os homens”.

9

Como normalmente ocorre nesse gênero textual (carta de leitor), o texto 3 expressa opiniões do emissor. As palavras abaixo que mostram teor opinativo são:

- (A) duvidosa justiça / maridos e companheiros;
- (B) aberração / antiga alegação;
- (C) absurdo / aberração;
- (D) dupla jornada / duvidosa justiça;
- (E) benefício / dupla jornada.

10

O texto 3 é classificado como texto argumentativo, pois apresenta uma tese global, que é:

- (A) a mulher não deve ter privilégios na aposentadoria;
- (B) os professores não devem aposentar-se antes;
- (C) o governo deve fazer nova regra de aposentadoria;
- (D) todos devem aposentar-se após o mesmo número de anos;
- (E) o governo deve seguir o bom exemplo de outros países.

11

Os pares de palavras abaixo mostram uma estrutura idêntica em termos de classes de palavras; o par que mostra uma estrutura diferente é:

- (A) curiosa aberração;
- (B) duvidosa justiça;
- (C) absurdo inexistente;
- (D) antiga alegação;
- (E) mesmo número.

12

Ao argumentar contra a aposentadoria antecipada das mulheres, o autor da carta (texto 3) alega que, em média, elas vivem oito anos a mais que os homens. No contexto, essa observação indica que as mulheres:

- (A) deveriam ter seu tempo aumentado, ao invés de reduzido;
- (B) trabalham menos que os homens, daí que vivam mais e seja injusto o benefício;
- (C) pagam por menos tempo que os homens e, mesmo assim, recebem o mesmo que eles;
- (D) não praticam a dupla jornada e, por isso, não fazem jus a privilégios;
- (E) recebem a aposentadoria por mais tempo que os homens, aumentando a despesa governamental.

13

No texto 3, os argumentos empregados pelo leitor são caracterizados como:

- (A) testemunhos de autoridade / opinião pessoal;
- (B) opinião pessoal / exemplos externos;
- (C) exemplos externos / fatos históricos;
- (D) fatos históricos / apelo à tradição;
- (E) apelo à tradição / testemunhos de autoridade.

Texto 4

MAIS UM ATAQUE DISFARÇADO CONTRA A NOSSA AMAZÔNIA

A intenção de domínio sobre a Amazônia, com seus 830 mil quilômetros quadrados, dos quais mais de 65 por cento nosso, aparece seguidamente, sob os mais incríveis disfarces. A iniciativa parte sempre de alguma ONG, ligada a poderosos grupos internacionais, que surge como salvadora da Pátria, para “preservar” a floresta e suas riquezas. Já se viu esse filme. Quem não lembra quando uma ONG conseguiu transferir para o Japão a propriedade do nome “Cupuaçu”? Agora surge mais um desses ataques, escamoteados sob boas intenções e com apoio de governos vizinhos. O presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, caiu na catilinária da ONG, Fundação Gaia Internacional e mandou ao Congresso projeto criando um “corredor ecológico” dentro da Amazônia, que ligaria os Andes ao Oceano Atlântico. Esse corredor seria intocado e suas riquezas eternamente não violadas. Assim, aparentemente, seria uma ideia positiva, não fosse a Gaia uma entidade bancada por dinheiro de várias Nações, todas elas muito aflitas para botar a mão em alguma coisa próxima dos 230 trilhões de dólares das riquezas que a maior floresta do mundo comporta.

O presidente colombiano (isso mesmo, do país que até recentemente era dominado pelo narcotráfico e ainda se mantém como um dos maiores exportadores de cocaína do mundo), não consegue resolver seus problemas internos, mas quer interferir nos vizinhos, impondo um corredor, inclusive dentro do Brasil, onde ninguém entraria. Como ninguém? Claro que a exceção seria para as ONGs internacionais; para representantes da Igreja, que viriam “catequizar” os índios e para outros estrangeiros. A proibição seria para os brasileiros, que não poderiam usar parte do seu território. Nosso governo, até agora, não chiou contra esse crime. O que, aliás, não é surpresa alguma! (*Correio de Notícias, 21/07/2015*)

14

Entre as críticas presentes no texto 4, NÃO se inclui a crítica:

- (A) à Colômbia, por sua tentativa de interferência em negócios internos de países vizinhos;
- (B) às ONGs internacionais, por sua hipócrita atuação;
- (C) a parte da Igreja, por sua hipócrita atitude de “catequizar” os índios;
- (D) ao nosso governo, por sua inércia diante de tentativas de intromissão em nossos assuntos internos;
- (E) a países estrangeiros por sua tentativa de preservar a floresta e suas riquezas.

15

“A intenção de domínio sobre a Amazônia, com seus 830 mil quilômetros quadrados, dos quais mais de 65 por cento nosso, aparece seguidamente, sob os mais incríveis disfarces”.

Sobre os componentes desse segmento do texto 4, é correto afirmar que:

- (A) a preposição “sobre” deveria ser substituída por “sob”;
- (B) a expressão “quilômetros quadrados” deveria ser substituída por Km²;
- (C) o pronome “nosso” deveria ser substituído por “nossos”;
- (D) o advérbio “seguidamente” deveria ser substituído por “em seguida”;
- (E) a preposição “sob” deveria ser substituída por “sobre”.

16

O termo que exerce a função de complemento, e não de adjunto, é:

- (A) salvadora da Pátria;
- (B) apoio de governos vizinhos;
- (C) dinheiro de várias nações;
- (D) 230 trilhões de dólares;
- (E) a maior floresta do mundo.

17

“A iniciativa parte sempre de alguma ONG, ligada a poderosos grupos internacionais, que surge como salvadora da Pátria, para “preservar” a floresta e suas riquezas. Já se viu esse filme. Quem não lembra quando uma ONG conseguiu transferir para o Japão a propriedade do nome “Cupuaçu”?”

A frase “Já se viu esse filme” equivale a:

- (A) é a primeira vez que isso acontece;
- (B) trata-se de conversa mole pra boi dormir;
- (C) já fizeram ações semelhantes outras vezes;
- (D) não traz nenhuma novidade;
- (E) mostra-se a mesma dedicação de sempre.

18

As palavras “preservar” e “catequizar” aparecem entre aspas porque pretendem:

- (A) destacar a importância das ações citadas;
- (B) ironizar as intenções de quem as empregam;
- (C) repetir palavras alheias;
- (D) mostrar a preocupação mundial com a Amazônia;
- (E) valorizar algumas ações em relação à Amazônia.

19

“Como ninguém? Claro que a exceção seria para as ONGs internacionais; para representantes da Igreja, que viriam “catequizar” os índios e para outros estrangeiros. A proibição seria para os brasileiros, que não poderiam usar parte do seu território”.

O emprego do futuro do pretérito em “seria”, “viriam” e “poderiam” indica ações:

- (A) certamente realizadas em futuro próximo;
- (B) já realizadas no passado distante;
- (C) a serem possivelmente realizadas no futuro;
- (D) nunca realizadas;
- (E) realizadas sob determinadas condições.

20

O segmento do texto 4 que documenta o emprego de linguagem coloquial é:

- (A) “Como ninguém?”;
- (B) “Claro que a exceção seria para as ONGs internacionais; para representantes da Igreja, que viriam “catequizar” os índios e para outros estrangeiros”;
- (C) “A proibição seria para os brasileiros, que não poderiam usar parte do seu território”;
- (D) “Nosso governo, até agora, não chiou contra esse crime”;
- (E) “O que, aliás, não é surpresa alguma!”.

Conhecimentos Específicos

21

O Governador do Estado exonerou, com motivação genérica de atender ao interesse público, Juliano, ocupante exclusivamente do cargo em comissão de Assessor Parlamentar de seu gabinete. Inconformado, Juliano ingressa com pedido administrativo de reconsideração, pretendendo voltar ao cargo. Instada a opinar sobre a matéria, a Procuradoria-Geral do Estado emite, corretamente, parecer no sentido da:

- (A) inviabilidade do pleito, eis que o cargo em comissão é de livre exoneração, razão pela qual o Governador, no regular exercício da discricionariedade administrativa, por razões de oportunidade e conveniência, pode praticar o ato sem necessidade de especificar a motivação;
- (B) inviabilidade do pleito, eis que a exoneração é ato administrativo vinculado e, por isso, o Governador pode praticá-lo por motivos de oportunidade e conveniência que não precisam ser expostos, desde que o ato tenha sido regularmente publicado na imprensa oficial;
- (C) viabilidade do pleito, eis que a exoneração é ato administrativo vinculado e, por isso, o Governador deveria ter praticado o ato com observância de todos os seus requisitos, dentre eles a motivação específica que o levou a tal decisão;
- (D) viabilidade do pleito, eis que o Governador agiu com abuso de poder, na medida em que deveria motivar seu ato de exoneração, dando ao interessado a oportunidade de exercer seu direito ao contraditório e à ampla defesa;
- (E) viabilidade do pleito, eis que o Governador agiu com abuso de poder, na medida em que deveria ter instaurado prévio processo administrativo disciplinar para demonstrar os motivos que o levaram a romper o princípio da confiança para com o servidor.

22

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, são pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Indireta do Estado, criadas por autorização legal:

- (A) as autarquias e as fundações públicas;
- (B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista;
- (C) as autarquias e as fundações privadas;
- (D) as fundações autárquicas e as sociedades de economia mista;
- (E) as autarquias e as empresas públicas.

23

Dentre os princípios básicos da licitação, norteadores fundamentais do procedimento licitatório, expressamente previstos na Lei nº 8.666/93, destaca-se o princípio:

- (A) da legalidade, segundo o qual todo processo licitatório deverá ser precedido de edital previamente aprovado por lei em sentido formal, com todas as especificações dos serviços ou compras a serem contratados;
- (B) da pessoalidade, segundo o qual somente o chefe do Poder Executivo é competente para expedir os editais de licitações, bem como os respectivos atos de homologação e adjudicação do objeto da licitação;
- (C) da igualdade ou isonomia, segundo o qual toda e qualquer pessoa natural ou jurídica tem o direito de participar de qualquer licitação, vedado ao Administrador estabelecer no edital condições de habilitação e qualificação aos licitantes;
- (D) do julgamento objetivo, segundo o qual os critérios, que não podem ser subjetivos, e os fatores seletivos previstos no edital devem ser adotados inafastavelmente para o julgamento, evitando-se, assim, qualquer surpresa para os participantes da competição;
- (E) da improbidade administrativa, segundo o qual o administrador público deve atuar com honestidade para com os licitantes e a própria Administração, e concorrer para que a licitação esteja voltada para seu interesse pessoal.

24

Em matéria de poderes administrativos, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, é exemplo de emprego do poder regulamentar a hipótese de o Governador do Estado:

- (A) instaurar processo administrativo disciplinar para apurar falta funcional de servidor público que lhe é diretamente subordinado;
- (B) editar um decreto, contendo normas genéricas e abstratas para complementar determinada lei e permitir a sua efetiva aplicação;
- (C) determinar a realização de vistoria na sede de sociedade empresária para apurar a ocorrência de dano ambiental;
- (D) realizar mudança na titularidade das secretarias estaduais, nomeando nova equipe de governo tecnicamente mais qualificada;
- (E) delegar a prestação de determinado serviço público à sociedade empresária vencedora da respectiva licitação.

25

Funcionários da sociedade empresária concessionária do serviço público estadual de fornecimento de energia elétrica realizavam conserto na rede elétrica, em cima do poste, e ocasionaram um curto-circuito, seguido de grave explosão. Em razão do acidente, os fios, que ainda conduziam eletricidade, atingiram o imóvel de Dona Gerusa, causando incêndio em sua casa e lhe acarretando diversos danos materiais. No caso em tela, aplica-se a responsabilidade civil:

- (A) objetiva e primária do Estado membro que, na qualidade de poder concedente, responde diretamente pelos danos causados pelos agentes da concessionária, independentemente da comprovação do dolo ou da culpa;
- (B) objetiva da sociedade empresária concessionária, que responde pelos danos causados por seus agentes, independentemente da comprovação do dolo ou da culpa;
- (C) subjetiva e primária do Estado membro que, na qualidade de poder concedente, responde diretamente pelos danos causados pelos agentes da concessionária, independentemente da comprovação do dolo ou da culpa;
- (D) subjetiva da sociedade empresária concessionária, que responde pelos danos causados por seus agentes, desde que comprovados o dolo ou a culpa;
- (E) subjetiva e solidária da concessionária e do Estado membro, este na qualidade de poder concedente, que respondem pelos danos causados por seus agentes, desde que comprovados o dolo ou a culpa, o ato ilícito, os danos e o nexa causal.

26

Em tema de controle da Administração Pública, é correto afirmar que o Poder Executivo Estadual de Rondônia:

- (A) não se submete a controle externo pelos Poderes Judiciário ou Legislativo, em razão do princípio da separação dos poderes;
- (B) não se submete a controle externo pelo Poder Legislativo, mas está sujeito a controle pelo Judiciário, em razão da inafastabilidade da jurisdição;
- (C) se submete a controle externo pelo Poder Legislativo, que o faz com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado;
- (D) se submete a controle externo pelo Poder Legislativo, que o faz com o auxílio da Procuradoria-Geral do Estado;
- (E) se submete a controle externo pelo Poder Judiciário, que o faz com o auxílio da Procuradoria-Geral do Estado.

27

Irineu informou ao seu amigo Edson que pretendia ingressar com uma ação em face do Estado para que lhe fosse oferecido um direito social previsto na Constituição da República Federativa do Brasil. É correto afirmar que os direitos sociais:

- (A) podem exigir, para a sua efetividade, o oferecimento de certas prestações por parte do Estado;
- (B) não podem beneficiar uma única pessoa, já que são destinados à sociedade;
- (C) são emanções diretas da cidadania, a qual permite a integração do indivíduo à sociedade;
- (D) asseguram a liberdade do indivíduo perante os poderes constituídos;
- (E) somente estão ao alcance dos brasileiros natos, os quais estão integrados à sociedade brasileira.

28

Júlio, renomado advogado, foi consultado por Anselmo, servidor público estadual, a respeito da possibilidade de acumular cargos públicos. Dentre as posições formuladas por Anselmo, a única que Júlio pôde considerar harmônica com a ordem constitucional foi:

- (A) não há qualquer vedação à acumulação de cargos ou empregos públicos;
- (B) a acumulação de cargos públicos é permitida sempre que a soma das remunerações não superar o teto constitucional;
- (C) a acumulação somente é possível nas hipóteses previstas no texto constitucional;
- (D) a acumulação de cargos públicos é permitida sempre que houver compatibilidade de horários;
- (E) a acumulação somente é possível nas hipóteses previstas em lei.

29

Pedro e Ernesto travaram ampla discussão a respeito da essência e do alcance dos direitos e garantias fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil. É correto afirmar que os direitos fundamentais:

- (A) sempre dizem respeito à vida, fundamento de existência da pessoa humana;
- (B) somente estão ao alcance dos brasileiros, residam, ou não, no território nacional;
- (C) sempre dependem de lei regulamentadora para que possam beneficiar alguém;
- (D) não são extensivos aos estrangeiros residentes no território nacional;
- (E) estão previstos de maneira exemplificativa na ordem constitucional.

30

A respeito da autonomia da Defensoria Pública Estadual, no modo em que consagrada pela Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que:

- (A) a Defensoria Pública pode elaborar sua proposta orçamentária, observados os balizamentos constitucionais;
- (B) a Defensoria Pública é instituição autônoma do Poder Judiciário;
- (C) a autonomia administrativa permite que a própria instituição defina suas atribuições e crie seus órgãos;
- (D) a autonomia funcional indica que as funções administrativas devem ser exercidas livremente;
- (E) a Defensoria Pública é instituição autônoma, funcionalmente subordinada ao Poder Executivo.

31

Na organização dos órgãos judiciais, a Constituição da República Federativa do Brasil permite a implantação de certas medidas com o objetivo de agilizar o serviço prestado à população. A esse respeito, é correto afirmar que os servidores receberão delegação para a prática de atos:

- (A) decisórios que não dependam de motivação;
- (B) de administração da serventia judicial;
- (C) de mero expediente de caráter decisório;
- (D) de administração de natureza regulamentar;
- (E) de mero expediente de natureza disciplinar.

32

Edinaldo teve o seu veículo danificado em razão de obras realizadas pelo Estado na rua em que reside. Considerando os aspectos constitucionais afetos à temática, é correto afirmar que Edinaldo, para fazer que o Estado repare o dano:

- (A) deve identificar o agente público causador do dano e provar sua culpa, pressupostos da responsabilidade objetiva do Estado;
- (B) deve demonstrar que o agente público não agiu com culpa, isso sob pena de não poder acionar o Estado;
- (C) precisa demonstrar a culpa do Estado na escolha do agente público responsável pelo dano;
- (D) pode invocar a responsabilidade objetiva do Estado pelo dano causado, em serviço, pelo agente público;
- (E) deve invocar a responsabilidade objetiva do servidor público, daí decorrendo a responsabilidade subjetiva do Estado.

33

De acordo com o que é apontado na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, é correto afirmar que:

- (A) as correções de texto de lei em vigor não se consideram lei nova;
- (B) reputa-se direito adquirido o direito consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou;
- (C) quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, a equidade e os princípios gerais de direito;
- (D) ninguém se escusa de cumprir a lei, salvo alegando que não a conhece;
- (E) salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

34

Em relação à vigência de leis no Brasil, é correto afirmar que a lei, depois de oficialmente publicada, começa a vigorar em todo o país, salvo disposição contrária, em:

- (A) 30 dias;
- (B) 45 dias;
- (C) 60 dias;
- (D) 120 dias;
- (E) 180 dias.

35

Sobre os institutos da prescrição e decadência, é correto afirmar que:

- (A) os prazos decadenciais se interrompem e suspendem;
- (B) é vedado o estabelecimento de prazos decadenciais em contrato;
- (C) o prazo prescricional interrompido faz com que a contagem retome de onde parou;
- (D) a prescrição extingue o direito subjetivo;
- (E) é inválida a renúncia ao prazo decadencial previsto em lei.

36

No dia 01.02.2015, Lucas foi vítima de um crime de dano praticado por motivo egoístico, previsto no art. 163, parágrafo único, inciso IV, do Código Penal, sendo as autoras do delito Lidiane, sua ex-namorada, e Rosa, mãe desta. Em um primeiro momento, porém, Lucas não tinha conhecimento da autoria delitiva, somente vindo a descobrir depois de transcorridos 2 meses. Considerando que o delito é de ação penal privada, Lucas, no dia 02.08.2015, propõe queixa-crime apenas em face de Rosa, tendo em vista que sempre teve problemas com a sogra, não tendo interesse que Lidiane seja processada criminalmente. Diante do exposto, é correto afirmar que a queixa, na forma proposta:

- (A) não poderá ser recebida, pois se aplica à ação penal privada o princípio da indivisibilidade;
- (B) não poderá ser recebida em virtude da ocorrência da decadência;
- (C) não poderá ser recebida, pois se aplica à ação penal privada o princípio da obrigatoriedade;
- (D) poderá ser recebida, pois se aplica à ação penal privada o princípio da oportunidade;
- (E) poderá ser recebida, pois se aplica à ação penal privada o princípio da disponibilidade.

37

Luciana foi denunciada pelo Ministério Público pela prática de um crime de furto de energia. O juiz em atuação na Vara Criminal em que corre a ação penal é irmão do pai de Luciana. Ademais, o serventuário da Justiça que atua na hipótese é devedor da acusada em razão de contrato de locação. Considerando a situação narrada, é correto afirmar que:

- (A) o juiz deverá reconhecer seu impedimento, enquanto o serventuário poderá atuar na ação penal;
- (B) o juiz deverá reconhecer sua suspeição, enquanto o serventuário poderá atuar na ação penal;
- (C) tanto o serventuário quanto o juiz poderão atuar na ação penal;
- (D) o juiz deverá reconhecer seu impedimento e ao serventuário são aplicáveis as prescrições sobre suspeição do magistrado;
- (E) o juiz deverá reconhecer sua suspeição e ao serventuário são aplicáveis as prescrições sobre suspeição do magistrado.

38

Foi instaurado inquérito policial para apurar a conduta de Ronaldo, indiciado como autor do crime de homicídio praticado em face de Jorge. Ao longo das investigações, a autoridade policial ouviu diversas testemunhas, juntando os termos de oitiva nos autos do procedimento. Concluídas as investigações, os autos foram encaminhados para a autoridade policial. Sobre o inquérito policial, é correto afirmar que:

- (A) não é permitido à autoridade policial, em regra, solicitar a realização de perícias e exame de corpo de delito, dependendo para tanto de autorização da autoridade judicial;
- (B) como instrumento de obtenção de justa causa, é absolutamente indispensável à propositura da ação penal;
- (C) é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório, digam respeito ao exercício do direito de defesa;
- (D) constatado, após a instauração do inquérito e conclusão das investigações, que a conduta do indiciado foi amparada pela legítima defesa, poderá a autoridade policial determinar diretamente o arquivamento do procedimento;
- (E) uma vez determinado seu arquivamento pela autoridade competente, independente do fundamento, não poderá ser desarquivado, ainda que surjam novas provas.

39

João, citado em uma ação de investigação de paternidade proposta por Maria, menor absolutamente incapaz, devidamente representada por sua genitora, que contratou um advogado para fazer sua defesa no processo. Ocorre que o causídico juntou aos autos a procuração assinada por seu cliente, mas, por esquecimento, deixou de contestar a demanda. Nesse cenário, deve o juiz:

- (A) decretar a revelia e, por isso, julgar procedente o pedido desde logo, afirmando a paternidade pretendida;
- (B) decretar a revelia, porém determinar o prosseguimento do feito, rumo à fase da instrução probatória;
- (C) não decretar a revelia e determinar o prosseguimento do feito, porque há advogado constituído nos autos pela parte ré, que deverá ser regularmente intimado dos atos processuais;
- (D) decretar a revelia, deixando de determinar a intimação do réu dos atos do processo, correndo-lhe os prazos a partir da publicação de cada ato decisório;
- (E) não decretar a revelia, deixando de determinar a intimação do réu dos atos do processo, correndo-lhe os prazos a partir da publicação de cada ato decisório.

40

Incorrendo uma das partes em conduta definida na lei processual como litigância de má-fé, deve o juiz sancioná-la com a:

- (A) proibição de se manifestar no feito por um prazo não superior a três meses;
- (B) condenação ao pagamento de multa e de indenização à parte contrária dos prejuízos que esta tiver sofrido, além de honorários advocatícios e do valor das despesas efetuadas;
- (C) destituição compulsória de seu advogado, com a nomeação de Curador Especial, para patrocinar, dali em diante, os seus interesses no processo;
- (D) extinção do feito sem resolução do mérito, se a parte responsável for o autor, e decretação da revelia, caso seja o réu;
- (E) fixação de multa diária, que deverá fluir até que cesse a conduta processual ilícita, abrindo-se à parte prejudicada a opção de deflagrar imediatamente a execução relativa ao valor acumulado a tal título.

41

Joaquim, advogado, é procurado por José para apresentar defesa no processo em que sua esposa pede o divórcio e alimentos. Sem ser ainda constituído procurador do réu nos autos, Joaquim vai ao cartório do juízo, onde:

- (A) poderá examinar os autos do processo, mesmo sem procuração;
- (B) poderá, sem procuração nos autos, requerer vista do processo pelo prazo de cinco dias, sem direito de examiná-lo de imediato;
- (C) não poderá examinar os autos do processo, pois não tem procuração;
- (D) poderá examinar os autos do processo imediatamente, devendo juntar em quinze dias a procuração;
- (E) não poderá examinar os autos do processo, mesmo que apresentasse a procuração naquele momento.

42

Sobre as despesas processuais, é correto afirmar que:

- (A) os honorários não serão devidos à parte que se sagrar vitoriosa na lide, caso tenha ela advogado em causa própria;
- (B) se houver sucumbência recíproca, os honorários e as despesas serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre as partes, ainda que uma delas tenha decaído de parte mínima do pedido;
- (C) se o feito for extinto, sem resolução do mérito, por força da desistência da ação, o demandante não será condenado a pagar as despesas e os honorários advocatícios;
- (D) se a Fazenda Pública requerer a produção de prova pericial, as respectivas despesas serão pagas ao final do processo, pela parte vencida;
- (E) se a Fazenda Pública for condenada a pagar ao autor verba indenizatória num valor determinado, os honorários de sucumbência a serem fixados em seu desfavor deverão se situar no patamar entre dez e vinte por cento do montante condenatório.

43

Um servidor público ajuizou uma ação em face do Estado, pelo procedimento ordinário, pleiteando uma verba remuneratória a que entende fazer jus. Ocorre que o juiz da causa percebeu que aquela matéria controvertida era unicamente de direito e já havia no juízo sentença de total improcedência em outros casos idênticos.

Nesse caso, poderá o juiz:

- (A) dispensar a citação do Estado e proferir sentença de total improcedência, reproduzindo o teor da sentença anteriormente prolatada;
- (B) determinar a citação do Estado, que terá o prazo em dobro para contestar, podendo o Procurador do Estado reproduzir a contestação apresentada em outros processos;
- (C) dispensar a citação do Estado e julgar procedente o pedido, entendendo que as sentenças já prolatadas não enfrentaram a questão de forma correta;
- (D) determinar a citação do Estado, que poderá contestar no prazo de quinze dias, não podendo o Procurador do Estado reproduzir a contestação já apresentada em outros processos;
- (E) dispensar a citação do Estado e extinguir o feito sem resolução do mérito, porque a matéria de direito controvertida já foi enfrentada pelo juízo anteriormente.

44

Sobre as modalidades de resposta, é correto afirmar que:

- (A) a reconvenção é a via processual por meio da qual o réu deduz pretensão em face do autor e, ainda que o mérito da ação não seja resolvido, o daquela poderá sê-lo;
- (B) a ausência de contestação levará à decretação da revelia do réu, com o conseqüente acolhimento do pedido do autor;
- (C) a exceção é a via adequada para a arguição dos vícios de suspeição, impedimento e incompetência absoluta;
- (D) a contestação deverá veicular, antes da matéria de mérito, as questões preliminares, como a carência de ação, sob pena de preclusão;
- (E) a contestação deverá ser oferecida no prazo de quinze dias, enquanto a reconvenção e a exceção, no decêndio.

45

O desenvolvimento econômico da região norte pode ser entendido a partir da criação de um projeto ferroviário para interligar a região amazônica entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. No entanto, com o advento do regime militar brasileiro, nos anos 60 do século XX, o projeto ferroviário foi abandonado em razão da prioridade dada pelo regime militar ao transporte:

- (A) pluvial na região norte;
- (B) naval pelo litoral da região norte;
- (C) aéreo na região norte;
- (D) misto aéreo e pluvial da região norte;
- (E) rodoviário da região norte.

46

“Entram em conflito armado, revidando as violências de que foram vítimas por parte dos construtores da ferrovia Madeira-Mamoré e dos seringueiros, no início do século XX. Atualmente, estão sob a violência muito mais agressiva, a dominação ideológica descaracterizando-os e despojando-os dos seus valores culturais atávicos de nação”.

(Fonte: <http://www.geocities.ws/rondonianaweb>)

O texto se refere a um dos maiores grupos indígenas do estado de Rondônia, que possui atualmente a maior área indígena no Estado, habitando no Município de Guajará-Mirim. Trata-se dos:

- (A) Karipunas;
- (B) Pakaás Novos;
- (C) Tubarão – Latundê;
- (D) Cinta Larga;
- (E) Gaviões.

47

Durante o governo ditatorial do presidente Getúlio Vargas entre 1937 e 1945, o governo brasileiro oficializou uma política de ocupação da região norte do país ao ver na Amazônia uma importância estratégica. A marcha para o oeste, como ficou conhecida a iniciativa do governo varguista, foi possível graças aos incentivos financeiros do estado brasileiro, visando à exploração econômica da região.

Em relação à política varguista de ocupação dessa área do país, é correto destacar:

- (A) a imediata definição do território dos indígenas sem que houvesse problemas nesse processo;
- (B) a ausência de preocupação oficial do governo com a preservação do bioma da região norte;
- (C) a presença do capital externo como exclusivo investidor na exploração da região norte;
- (D) a opção do governo varguista na criação da indústria de base na região norte;
- (E) a presença do capital privado nacional no desenvolvimento do transporte da região norte.

48

A ocupação e a exploração da região norte, durante a 1ª metade do século XX, pode ser explicada pelo grande fluxo de mão de obra migrante. Entre 1939 e 1945, com o Brasil envolvido, direta ou indiretamente, na II Guerra Mundial, ocorreu um forte afluxo de migrantes para a região norte, devido à necessidade da ampliação da extração de borracha.

Em relação aos migrantes responsáveis pelo desenvolvimento da produção da borracha, é correto afirmar que:

- (A) os gaúchos formaram a grande maioria dos migrantes da região norte;
- (B) os paulistas buscaram um novo eldorado com a ocupação da região norte;
- (C) a presença de nordestinos foi a marca desse processo em função da seca no nordeste;
- (D) os catarinenses em busca de terras baratas formaram o grupo majoritário;
- (E) a população mestiça prevaleceu, oriunda da região centro-oeste.

49

“Rondon saiu de Cuiabá (MT) na chefia de uma comissão composta por mais de 300 homens e 15 cachorros (animais de estimação e paixão do sertanista) (...) No dia 25 de dezembro de 1909, com apenas 15 homens e nenhum cachorro, chegou a Santo Antônio do Madeira (6 quilômetros do centro de Porto Velho). A jornada de quase três anos colocou seu nome na história mundial e nominou um Estado (Rondônia) e o Meridiano 52 (Rondon) do planeta Terra.”

(Fonte: <http://www.rondonia.ro.gov.br/Acesso> em 15 de setembro de 2015)

O objetivo inicial da comissão comandada por Rondon era a:

- (A) instalação e conservação de linhas telegráficas;
- (B) construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré;
- (C) busca por riquezas minerais na região amazônica;
- (D) demarcação de terras indígenas com vistas à criação de reservas;
- (E) abertura de pistas de pouso para facilitar o acesso à região.

50

“A sensação térmica pode chegar a 38°C neste sábado (5) na capital de Rondônia. De acordo com o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), o tempo deve ser firme em todo o estado no final de semana”.

A previsão é de céu claro sem chuvas em todo o centro sul. Já nas demais regiões, incluindo Porto Velho, céu claro a parcialmente nublado com pancadas de chuvas e trovoadas em áreas isoladas, podendo ser acompanhada de rajadas de ventos no período da tarde e noite.

(Fonte: <http://g1.globo.com/>, 05/09/2015. Acesso em 20/09/2015).

A descrição do tempo apresentada na notícia revela características de temperatura e pluviosidade comuns na região norte do Brasil, onde predomina o clima:

- (A) equatorial, com baixa amplitude térmica anual e estações bem diferenciadas em termos de precipitação;
- (B) tropical úmido, mesotérmico em termos de temperatura e de pluviosidade irregular;
- (C) tropical semiúmido, de baixa amplitude térmica anual e duas estações pluviométricas bem definidas;
- (D) equatorial, com pequena variação de temperatura ao longo do ano e total pluviométrico anual elevado;
- (E) tropical, com temperaturas médias elevadas ao longo do ano e precipitação distribuída de forma irregular ao longo do ano.

51

Duas urnas contêm apenas bolas brancas e bolas pretas. Na primeira urna, há 240 bolas e, para cada 5 bolas brancas, há 7 bolas pretas. Na segunda, há 280 bolas e, para cada 5 bolas brancas, há 9 bolas pretas. Considerando-se todas as bolas das duas urnas, para cada 5 bolas brancas, há:

- (A) 8 bolas pretas;
- (B) 10 bolas pretas;
- (C) 12 bolas pretas;
- (D) 14 bolas pretas;
- (E) 16 bolas pretas.

52

Quatro processos, numerados de 1 a 4, deverão ser distribuídos entre três procuradores: Átila, Hércules e Ulisses. Um mesmo procurador pode receber até quatro processos, exceto o procurador Átila, que não pode receber o processo número 2.

O número de maneiras diferentes de se fazer tal distribuição é:

- (A) 81;
- (B) 64;
- (C) 54;
- (D) 11;
- (E) 8.

53

Elisa gosta muito de ler livros. Do último livro que comprou, ela leu no primeiro dia $\frac{1}{4}$ do total de páginas e ainda mais 12

páginas. No segundo dia, Elisa leu $\frac{1}{3}$ das páginas que faltavam e ainda mais 10 páginas. No terceiro dia, ela leu as 44 páginas restantes.

O número de páginas desse livro é:

- (A) 100;
- (B) 112;
- (C) 120;
- (D) 124;
- (E) 132.

54

Seis amigos foram a um restaurante e combinaram que dividiriam igualmente a conta entre eles. Na hora de pagar, um deles percebeu que havia esquecido a carteira em casa. Assim, os outros cinco tiveram que dividir a conta igualmente apenas entre eles.

O aumento percentual no valor que cada um dos cinco amigos pagou, em relação ao que cada um pagaria se a conta fosse dividida por seis, foi de:

- (A) 5%;
- (B) 6%;
- (C) 10%;
- (D) 16%;
- (E) 20%.

55

A tabela a seguir mostra o número de processos classificados e o número de horas gastas nessa tarefa por Joaquim, em cada dia de uma determinada semana:

	2ª F	3ª F	4ª F	5ª F	6ª F
Processos	12	12	12	12	12
Horas	8	6	4	3	2

Suponha que Joaquim tivesse trabalhado nesses cinco dias classificando a mesma quantidade de processos a cada dia, mas com um rendimento constante de 5 processos por hora. Nesse caso, o número de horas que ele teria gasto a menos nessa tarefa é:

- (A) 8;
- (B) 9;
- (C) 10;
- (D) 11;
- (E) 12.

56

O ícone a seguir é utilizado no MS Word 2010 para designar um dos tipos de posicionamento que podem ser adotados pelo Word para uma figura.



O tipo de posicionamento denotado por esse ícone é:

- (A) alinhamento com o texto;
- (B) atrás do texto;
- (C) comprimido;
- (D) na frente do texto;
- (E) superior e inferior.

57

Analise as considerações abaixo sobre o uso de contas padrão e de administrador no contexto do Windows 7.

I. Contas de administradores permitem alterar configurações de segurança, instalar aplicativos e ter acesso a todos os arquivos do computador.

II. É mais seguro, no dia a dia, usar uma conta de usuário padrão em vez de uma conta de administrador.

III. Num computador é permitido criar diversas contas padrão, porém apenas uma de administrador.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) I e II;
- (C) II;
- (D) II e III;
- (E) III.

58

As extensões de arquivo

AVI WMV MOV RMVB MPEG

têm em comum o fato de designarem arquivos que contêm predominantemente:

- (A) músicas;
- (B) vídeos;
- (C) fotos e imagens;
- (D) páginas da Web;
- (E) antivírus de computador.

59

Analise o trecho de uma planilha construída por Thiago no ambiente LibreOffice Calc, onde os precedentes de algumas células foram explicitados por meio da combinação de menu “Ferramentas/Detetive”.

	A	B	C
1	400	60	40
2			
3		10	
4	80000		50
5		100	
6	200		

Thiago resolveu alterar a planilha e tentou as seguintes fórmulas para a célula A1:

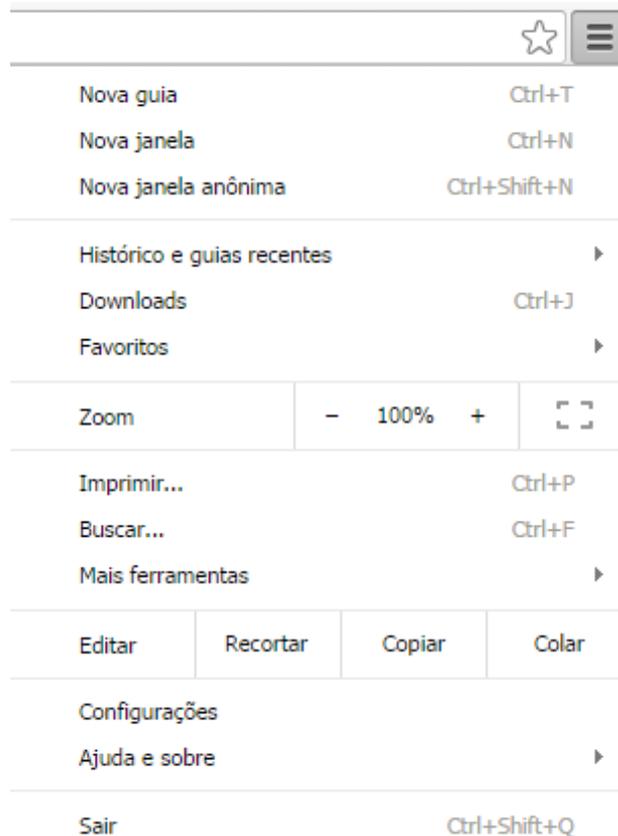
- I. =400
- II. =C2+100
- III. =A6*2
- IV. =C1+100

Está correto concluir que as fórmulas aceitas pelo Calc foram somente:

- (A) I e II;
- (B) I e III;
- (C) I, II e III;
- (D) II, III e IV;
- (E) III e IV.

60

Observe a imagem a seguir, obtida pela captura de tela mostrada pelo Chrome após um clique do mouse no ícone localizado no canto superior direito.



Sobre os comandos e opções disponíveis nessa tela, está correto afirmar que:

- (A) o comando “Buscar...” inicia uma nova busca por páginas da Internet;
- (B) o ícone localizado na última coluna da linha iniciada pelo comando “Zoom” serve para minimizar a página correntemente aberta;
- (C) o comando “Favoritos” permite apenas localizar e abrir páginas marcadas como favoritas, e não serve para incluir a página correntemente aberta na lista de favoritas;
- (D) o texto “Ctrl+T”, à direita do comando “Nova guia”, é um atalho de teclado para a criação de uma nova guia, mas não tem efeito quando usado nessa tela;
- (E) o comando “Nova janela” produz exatamente o mesmo efeito do comando “Nova guia”.

Realização

